



# *Conselho Nacional de Justiça*

Gabinete do Conselheiro Gilberto Martins

**PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS N.º 0004349-90.2011.2.00.0000**

**RELATOR** : **CONSELHEIRO GILBERTO VALENTE MARTINS**

**REQUERENTE** : **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL**

**REQUERIDO** : **CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**

**ASSUNTO** : **TREDF - Adicional de Qualificação - Servidor - Lei n.º 11.416/2006 - Interpretação - Curso Superior - Diploma - Especialização - Necessidade - Edição - Resolução.**

## **ACÓRDÃO**

PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS. TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL. ADICIONAL DE QUALIFICAÇÃO DO SERVIDOR. RECONHECIMENTO DE GRADUAÇÃO COMO CAUSA DE RECEBIMENTO DE ADICIONAL DE QUALIFICAÇÃO PELO SEVIDOR PÚBLICO FEDERAL. PEDIDO CONHECIDO E JULGADO IMPROCEDENTE.

1 – O Adicional de Qualificação, nos termos do artigo 14 da Lei nº 11.416/2006, é devido aos servidores integrantes dos quadros de pessoal dos órgãos do Poder Judiciário da União, e decorre de conhecimentos adicionais adquiridos em ações de treinamento, títulos, diplomas ou certificados de cursos de pós-graduação, em sentido amplo ou estrito, em áreas de interesse dos órgãos do Poder

Judiciário.

02 – Pedido que esbarra em óbices da própria Lei nº 11.416/2006, da Lei nº 9.394/96, assim como da Portaria Conjunta nº 1/2007, da lavra dos Presidentes dos Tribunais Superiores, dos Conselhos e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

03 - Procedimento que se conhece e, no mérito julga-se improcedente.

**Vistos, etc.**

Trata-se de Procedimento proposto pelo TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL, em face do CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA em que requer seja editado ato normativo que defina, em nova interpretação da Lei nº 11.416/2006, o direito ao Adicional de Qualificação (AQ) no caso de servidores que possuam graduação superior, além daquela obrigatória para a investidura do cargo.

Para justificar o pedido o Tribunal requerente informa que os artigos 14 e 15 da Lei nº 11.416/2006, que disciplinam sobre Adicional de Qualificação - destinado a incentivar a formação, a especialização e a atualização dos conhecimentos dos servidores do Poder Judiciário Federal - fazem referência a “diploma” em sentido genérico, sendo assim, os servidores que obtiverem mais de uma graduação poderiam, mediante revisão integrativa do CNJ acerca do dispositivo legal, requerer fossem consideradas como cursos de aperfeiçoamento gerando o direito ao Adicional de Qualificação.

Para ilustrar a questão o Tribunal traz o seguinte argumento: “*Tenha-se, por exemplo, a hipótese de um servidor Analista Judiciário formação em Direito – condição de ingresso na Carreira – que exerce a função de Assessor de Programas de Informática, pois possui, também, graduação em Ciência da Computação.*” Neste caso, afirma, o diploma de graduação compreende o mesmo valor que o da especialização e pós-graduação visto que aquele possui duração e complexidade até maiores que estes, por estes motivos, considera conveniente que a remuneração decorrente do AQ observe

também esse patamar de formação, o que poderia ser determinado pelo Conselho Nacional de Justiça em ato normativo.

Foram solicitadas informações ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal, ao Conselho da Justiça Federal e também do Conselho Superior da Justiça do Trabalho que prontamente as prestaram.

É, em síntese, o relatório.

Inicialmente, deve ser consignado que entendemos louvável a consulta formulada pelo Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal, notadamente imbuída dos melhores propósitos, especialmente quanto o aprimoramento dos serviços judiciários pela concessão de benefícios aos servidores do seu quadro.

No entanto, como se verá a proposta não tem condições legais de prosperar.

O Adicional de Qualificação, instituído pela Lei nº 11.416/2006 (artigos 14, 15 e 16), encontra-se regulamentado pela Portaria Conjunta nº 1/2007 dos Tribunais Superiores e Conselhos.

O Adicional de Qualificação, nos termos do artigo 14 da Lei nº 11.416/2006, é devido aos servidores integrantes dos quadros de pessoal dos órgãos do Poder Judiciário da União, e decorre de conhecimentos adicionais adquiridos em ações de treinamento, títulos, diplomas ou certificados de cursos de pós-graduação, em sentido amplo ou estrito, em áreas de interesse dos órgãos do Poder Judiciário.

Convém observar que a Referida lei não menciona a graduação como uma das hipóteses de concessão do adicional de qualificação.

A leitura isolada do § 1º do art. 14 da Lei n. 11.416, de 19 de julho de 2006, poderia autorizar a interpretação de que uma segunda graduação possa justificar a concessão do Adicional de Qualificação. No entanto, o art. 15 da mesma lei limita a vantagem a quem possua os títulos de doutor ou de mestre, certificado de

especialização ou um conjunto de ações de treinamento de pelo menos 120 horas. Não há, na interpretação sistemática da lei, como conceder o adicional aos servidores que concluírem uma segunda graduação.

Verifica-se, noutro aspecto, que os dispositivos vetados no § 2º do art. 14 e no inciso IV do art. 15 eram justamente os que previam a concessão do Adicional de Qualificação para servidores portadores de diploma de curso superior que ocupassem cargos para os quais não é exigida essa formação - Técnicos e Auxiliares Judiciários.

Enquanto vigentes esses vetos, não é possível ao Administrador Público, cingido ao princípio da legalidade estrita, considerar a conclusão de cursos de graduação como hipótese para concessão do Adicional de Qualificação.

Ademais, a Lei de Diretrizes Básicas da Educação (Lei nº 9.394/96) distingue expressamente a graduação da pós-graduação, não havendo margem de interpretação no sentido de que a Lei nº 11.416/2006, ao referir-se a pós-graduação, estivesse também abrangendo a graduação.

Quanto à possibilidade aventada pelo Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal no sentido de considerar a graduação como ação de treinamento para fins de concessão do adicional, o óbice reside no disposto no art. 14, § 5º, do Anexo I da Portaria Conjunta nº 1/2007, que exclui a graduação da definição de ações de treinamento.

Tal vedação justifica-se pelo caráter temporário do adicional de qualificação decorrente de ações de treinamento que não se enquadre como Especialização, Mestrado ou Doutorado, imposto pela Lei nº 11.416/2006.

Como visto, o pleito esbarra em óbices da própria Lei nº 11.416/2006, da Lei nº 9.394/96, assim como da Portaria Conjunta nº 1/2007, da lavra dos Presidentes dos Tribunais Superiores, dos Conselhos e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

Assim, entendo que a sugestão ora apresentada pelo Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal, por envolver alteração da Lei nº 11.416/2006, e não meramente a edição de regulamento com vistas a atribuir nova interpretação ao comando legal, não tem condições de prosperar.

Por todo o exposto, julga-se improcedente o pedido apresentado.

Conselheiro **GILBERTO VALENTE MARTINS**  
Relator